

INVESTIGAÇÃO SOBRE O ACESSO AOS BENS CULTURAIS, PROPORCIONADO PELA FAMÍLIA E ESCOLA AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO¹

Tárcila Santos de Souza Mascarenhas²

Maria Aparecida Mello³

Resumo

O objetivo dessa pesquisa foi realizar um diagnóstico, junto às famílias, crianças, adolescentes e profissionais de uma escola para pessoas com deficiência sobre o acesso dessas pessoas aos bens culturais, proporcionados por estas duas instituições. O referencial teórico metodológico que subsidiou a pesquisa foi a Teoria Histórico-Cultural. A partir desse objeto derivamos vários focos de investigação: o acesso a esses bens culturais; os tipos de bens culturais; as expectativas das pessoas pesquisadas em relação a esse acesso e os empecilhos para tal. Para a coleta de dados utilizamos os seguintes instrumentos: a) entrevistas semiestruturadas com os alunos; b) questionários com os seus familiares; c) entrevista com os funcionários da escola d) diário de campo. As entrevistas foram realizadas com uma amostra de 20 alunos, 19 familiares e 05 funcionários. Os resultados revelaram que os alunos pesquisados apresentam preocupações em relação a suas aprendizagens para que possam avançar tanto no ensino escolar como na qualificação para o mercado de trabalho. Em relação a sua participação na pesquisa os alunos apresentaram grande interesse.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural. Bens Culturais. Alunos. Família. Escola.

INVESTIGATION ABOUT THE ACCESS TO THE CULTURAL TOOLS, PROVIDED BY FAMILY AND SCHOOL TO THE STUDENTS WITH DEFICIENCY, GLOBAL DISORDERS OF THE DEVELOPMENT AND HIGH HABILITIES

Abstract

The objective of this research was to realize a diagnosis, with the families, children, adolescents and professionals from the school for the people with deficiency about the access to the cultural tools, provided by these two institutions. The theoretical referential that supported the research was the Cultural-Historical Theory. From this object we derived several focus of investigation: the access to these cultural tools, the kind of cultural tools, the people with disabilities's expectations about this access and the obstacles to that. To the collect the data we used the following instruments: a) semi-structured interviews with students; b) questionnaires with their families; c) interviews with school employees; d) field diary. The interviews were realized with a sample of 20 students, 19 family and 05 employees. The results revealed that the students inquired show concerns about their learning so that they can advance as in the scholar teaching as in the qualification for the labor market. About their participation in the research the students showed great interest.

Key-words: Cultural-Historical Theory. Cultural Tools. Students. Family. School.

¹ Resultados Finais da Pesquisa de Iniciação Científica Financiada pelo PIBIC/CNPq/UFSCar 2012 - 2013 de mesmo nome.

² Atuando nas áreas de Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades ou Superdotação; Educação Infantil e Neurociência pela Universidade Federal de São Carlos. Contato: tssmascarenhas@gmail.com

³ Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal de São Carlos. Contato: mmello@ufscar.br

Introdução

Essa investigação apresenta os resultados de um projeto de pesquisa de iniciação científica o qual está vinculado a um projeto maior intitulado: O Desenvolvimento Cultural do Ser Humano: Implicações nas Práticas Pedagógicas, fundamentado na Teoria Histórico-Cultural. O diagnóstico oriundo desse trabalho iniciou-se no ano de 2010 e foi encerrado no ano de 2013. Por meio desse diagnóstico conseguimos uma amostra significativa de pessoas pesquisadas e assim foi possível construir uma análise completa e aprofundada sobre o acesso aos bens culturais que a família e a escola vêm proporcionando as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A história da Educação Especial no Brasil é marcada por movimentos de luta e reconhecimento do direito de uma educação pública escolar para as pessoas com necessidades educacionais especiais. Apesar dos avanços, muito ainda há de ser feito para que esse público possa gozar de uma educação de fato com qualidade. A esse respeito Mendes (2010) assinala que:

As mazelas da educação especial brasileira, entretanto, não se limitam a falta de acesso, pois os poucos alunos com necessidades educacionais especiais que tem tido acesso a algum tipo de escola não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta generalizada de recursos. (MENDES, 2010, p.106)

Todavia, é preciso salientar que para além desses fatores, a inserção da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na escola tem sido um desafio pois, pressupõe a mudança de concepção sobre deficiência, ensino, entre outras; além das condições de trabalho dos profissionais envolvidos nesse processo educativo.

Marins e Matsukura (2009) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de identificar junto aos gestores da área de Educação Especial de cidades-pólo do Estado de São Paulo as ações que foram implementadas a partir das diretrizes nacionais para a educação inclusiva na rede regular do Ensino Fundamental. Os resultados demonstraram que apesar de haver conhecimento dessas diretrizes pelos gestores há um número reduzido de alunos atendidos; pouca atuação de equipes multiprofissionais e a falta do envolvimento da esfera estadual em ações para a educação especial.

Esses desafios estão inseridos em uma visão mais abrangente do papel da escola na sociedade, que não se limita apenas ao ensino dos conteúdos escolares a todos os educandos. Tal concepção nos impulsiona a ir além, ou seja, à criação de possibilidades de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade a todos eles, uma vez que lhes proporcionando esse direito, asseguramos, também, o exercício da cidadania e a sua integração na sociedade. A garantia do acesso ao conhecimento a todos os indivíduos com e sem deficiências é um direito do ser humano, pois “o homem é um ser de natureza social, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade” (LEONTIEV, 1978, p. 261).

O acesso aos bens culturais é muito relevante no intuito de se depreender a identidade cultural baseada em elementos históricos e culturais, os quais vão elucidar a

compreensão de mundo e o modo de viver das sociedades. Esses bens culturais, produzidos pela humanidade, que podem ser de ordem material (igrejas, praças, artesanato) ou imaterial como a música e literatura (FUNDARPE, 2010) irão fomentar a difusão do conhecimento e o incentivo às produções culturais na sociedade.

As diferenças socioeconômicas e culturais exercem forte influência ao acesso dos bens culturais. No entanto, notamos a incipiência de ações governamentais e políticas públicas na busca de estratégias efetivas que melhorem e viabilizem o acesso de diferentes segmentos da população aos bens culturais produzidos socialmente, principalmente as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU 1982, Item 25) do seu Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência:

O princípio da igualdade de direitos entre pessoas com e sem deficiência significa que as necessidades de todo indivíduo são de igual importância, e que estas necessidades devem constituir a base do planejamento social, e todos os recursos devem ser empregados de forma a garantir uma oportunidade igual de participação a cada indivíduo. Todas as políticas referentes à deficiência devem assegurar o acesso das pessoas deficientes a todos os serviços da comunidade. (ONU, 1982, item 25)

As políticas públicas devem ter como prioridade incluir as pessoas com deficiências no convívio social, oferecer acesso aos bens culturais e às condições objetivas e subjetivas para que isso aconteça, pois de acordo com Vigotsky (1993) todas as relações dos homens com a cultura humana são mediadas, inicialmente, pelo outro, pelos objetos e depois direcionadas ao próprio indivíduo, em um processo de internalização e apropriação dos conhecimentos produzidos socialmente.

Nesse projeto de iniciação científica foi focalizada uma população específica, geralmente, pouco explorada em pesquisas, ou seja, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. As pesquisas já realizadas como investigação das práticas pedagógicas dessa população, normalmente, centralizam uma deficiência específica. No que diz respeito ao objeto de estudo relacionado aos bens culturais, a todas as pessoas com deficiência, as pesquisas, ainda, são bastante incipientes.

Nessa perspectiva, a pesquisa sobre o diagnóstico do acesso aos bens culturais a todos os cidadãos é de fundamental importância para a reflexão, análise e transformação das práticas educativas nas escolas, identificando e analisando como a escola, políticas públicas e as famílias proporcionam ou não às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação acesso aos diferentes bens culturais.

Para que esse acesso de indivíduos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação ao meio social por intermédio dos bens culturais seja realidade é imprescindível termos uma visão geral de como esse acesso é proporcionado pela escola e pela família, e ainda, quais os tipos de bens culturais essas pessoas têm acesso. É preciso, também, inquirir as próprias pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação sobre essa questão, para compreendermos suas expectativas e como esse acesso aos bens culturais tem se manifestado em suas vidas.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1982, Item 21) no seu Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência “[...] A experiência tem

demonstrado que, em grande medida, é o meio que determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida cotidiana da pessoa”.

Segundo Vigotsky (1995, p. 34): a cultura é imprescindível para o desenvolvimento humano, uma vez que: “la cultura origina formas especiales de conducta, modifica la actividad de las funciones psíquicas, edifica nuevos niveles en el sistema del comportamiento humano en desarrollo”.

Mello e Campos (2008) ao desenvolverem pesquisas na Teoria Histórico-Cultural discutem a necessidade de reflexão sobre as questões culturais na educação:

Apesar de o assunto cultura estar muito presente em textos científicos e no ideário dos professores, ainda nos dias atuais, o ensino dos conteúdos escolares marginaliza as questões culturais que, normalmente, são concebidas como empecilhos de aprendizagem dos alunos, focalizadas como deficiência cultural. (MELLO E CAMPOS, 2008, p. 13)

Os referidos autores argumentam sobre a necessidade de o professor refletir profundamente sobre suas práticas docentes e sobre os instrumentos que utilizam na atividade de ensino, uma vez que: “a prática pedagógica dos professores é uma atividade cultural que, por intermédio de signos, possibilita às crianças se apropriar da cultura em que vivem. Por isso, ela é intencional e mediatizadora, devendo estar sob constante reflexão” (MELLO e CAMPOS, 2008, p. 11).

No período de agosto de 2010 a agosto de 2011 iniciamos a pesquisa: “Diagnóstico do Acesso aos Bens Culturais, Proporcionado pela Família e Escola às Crianças e Adolescentes Portadores de Necessidades Especiais” na qual focalizamos as crianças e os adolescentes com deficiências que estudavam na APAE/São Carlos nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental pertencentes ao Centro Educacional/APAE. Na coleta de dados trabalhamos com questionários às famílias e entrevistas semiestruturadas com os alunos, gestores, professores e funcionários da escola. As análises dos dados revelaram que a escola é um espaço muito rico e importante na vida do deficiente, principalmente por essas pessoas não disporem de muitos recursos financeiros. Sem o espaço da escola esses alunos quase não teriam possibilidades de se integrarem à sociedade, como capazes de poder transformá-la e de exercerem sua cidadania, por isso Cury (2002) nos chama atenção do direito à educação por um direito de ser incluso socialmente e o direito de poder exercer a cidadania:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte desses e de novos conhecimentos. (CURY, 2002, p.260).

Nessa perspectiva, concebemos que o deficiente como qualquer outro indivíduo que faça parte da nossa sociedade tem direito aos conhecimentos historicamente produzidos e elaborados pela humanidade. Logo, o acesso aos bens culturais pode

proporcionar às pessoas portadoras de necessidades especiais não só o exercício de sua cidadania, mas, sua integração nas relações sociais mais amplas.

Não podemos perder de vista também, a responsabilidade que cabe à esfera pública proporcionar melhores condições de locomoção e acessibilidade aos deficientes físicos, bem como, divulgação mais ampla de atividades culturais, de forma que tanto os alunos como as famílias possam ter acesso a essas atividades.

Ressaltamos a importância de incluir os deficientes no seio da nossa sociedade, não só pelo direito deles, mas, também, para que nós possamos fazer o exercício de viver na diversidade e respeitando as diferenças.

Estes resultados nos impulsionaram a ampliar a pesquisa para os demais centros e espaços pedagógicos que a APAE gerencia que culminou na pesquisa “Ampliação de Diagnóstico do Acesso aos Bens Culturais, Proporcionado pela Família e Escola aos Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação” do programa PIBIC/CNPq/UFSCar a qual foi finalizada em agosto de 2012, cujos resultados evidenciam que embora a escola seja o espaço, no qual esses alunos têm possibilidades de acesso à cultura, ela não é suficiente. Na nossa investigação concluímos que são necessárias iniciativas que possam levar esses alunos com deficiência a uma maior autonomia. Os alunos entrevistados apresentam preocupações com as atividades que são realizadas na escola, pois eles já são trabalhadores e acreditam que a escola é um importante meio de ajudá-los a suprir suas necessidades de inserção no mundo do trabalho e na sociedade como um todo. Concluímos ainda, a partir das observações feitas no espaço escolar e registradas em diário de campo que a inserção do deficiente tanto na escola regular como nas escolas especializadas tem se revelado um desafio para os profissionais da escola e, também, para os pais dos alunos, pois é necessária mudança da concepção sobre deficiência.

A partir desses resultados e reconhecendo a cultura como um elemento fundamental para o desenvolvimento humano, esse projeto teve por objetivo diagnosticar os tipos de bens culturais que as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tem acesso, por meio das famílias e Escola. Assim, finalizamos o referido diagnóstico que apresentou a seguinte questão de pesquisa: A Escola e as famílias têm proporcionado aos alunos com deficiência o acesso a diferentes bens culturais historicamente produzidos pela humanidade?

Metodologia

O referencial teórico metodológico que subsidiou a coleta dos dados é a Teoria Histórico-Cultural, apoiados no método dialético marxista. Tais pressupostos envolvem uma prática de pesquisa de ir à busca das raízes do objeto de estudo, analisando-o em sua totalidade.

O objeto de estudo em questão são os bens culturais proporcionados pela escola e famílias de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A partir desse objeto derivamos vários focos de investigação: o acesso a esses bens culturais; os tipos de bens culturais; as expectativas dessas pessoas em relação a esse acesso e os empecilhos para esse acesso.

Inicialmente as análises seriam feitas com 25% dos alunos que compõem o Centro Sócio Educacional e os alunos pertencentes ao Centro de Atendimento do Autista, entretanto a coordenadora pedagógica da escola nos informou que as crianças atendidas por esse último centro têm graves comprometimentos e não seria possível realizar entrevistas com elas. Assim, focalizamos nossa investigação apenas no Centro Sócio Educacional que atende 142 jovens e adultos (número colhido em abril de 2013). Os alunos pertencentes ao Centro Educacional nos níveis de Educação Infantil e Ensino

Fundamental já fizeram parte da coleta de dados da pesquisa anterior e os alunos do Centro Educacional nos níveis de EJA e Educação para o Trabalho e o Centro de Desenvolvimento Integral fizeram parte da pesquisa do Programa PIBIC/CNPq/UFSCar que foi finalizada em agosto de 2012.

O universo de alunos que estudam na APAE é de 545 (número colhido em 07 de maio de 2012). Segundo a coordenadora pedagógica da instituição esse número é flutuante, pois, a escola está sempre recebendo novos alunos. Esses alunos estão distribuídos em Centros, sendo 84 alunos do Centro de Desenvolvimento Integral, que engloba o trabalho com estimulação precoce, Educação Infantil e Ensino Fundamental; 182 alunos do Centro Educacional, formado pelo Ensino Fundamental, a educação de jovens e adultos – EJA e educação para o trabalho; 142 alunos do Centro Sócio Educativo; 78 alunos no Centro de Convivência e 60 alunos no Autismo. Os alunos pertencentes ao Centro Educacional nos níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental já fizeram parte da coleta de dados da pesquisa anterior.

Para matriculem-se na APAE os alunos podem ser encaminhados por profissionais da saúde como psicólogos, terapeutas ocupacionais, etc., ou podem também ser encaminhados por profissionais de escolas, creches, órgãos judiciais. As famílias também podem livremente procurar a instituição para fazer uma avaliação.

A escola realiza uma triagem no período de janeiro a dezembro para realizar a avaliação, essa triagem compreende:

- Acolhimento Social;
- Avaliação Psicológica;
- Avaliação Médica;
- Avaliação Psicopedagógica;
- Avaliação Terapêutico-Ocupacional;
- Avaliação Fonoaudiológica;
- Avaliação Fisioterápica;
- Reunião Equipe Multidisciplinar.

Esses profissionais e os demais que compõe o quadro de funcionários da escola e que tinham relação direta com alunos foram entrevistados nas pesquisas anteriores. Nessa pesquisa foram entrevistadas apenas as professoras dos alunos que também fizeram parte da coleta de dados, nesse caso foram 05 professoras no total, os professores de Educação Física, Expressão Corporal e Música já haviam sido entrevistados anteriormente.

O universo total da pesquisa é de 142 alunos, mais 142 familiares e 05 profissionais que trabalham com os adolescentes e adultos que não fizeram parte da pesquisa anterior. A amostra de 25% de cada categoria foi composta de 36 alunos do Centro Sócio Educativo; 36 familiares e 05 funcionários (deixamos essa mesma quantidade de funcionários por ser um número pequeno e dessa maneira poderíamos colher mais informações). Enviamos 36 termos de consentimento livre e esclarecido convidando os pais e seus filhos a participarem da pesquisa, entretanto, participaram apenas 20 alunos. Dois pais justificaram sua recusa para participação na pesquisa uma mãe justificou que achava a pesquisa interessante, mas que ela no momento não poderia participar, outro pai nos enviou um bilhete de recusa, justificando por ter participado em outro projeto na escola e não obteve retorno da pesquisadora. Esse dado vem corroborar com os procedimentos que adotamos nas versões anteriores dessa pesquisa, nas quais procedemos à entrega dos relatórios à escola, bem como, fizemos apresentação e discussão dos dados com a coordenadora pedagógica da escola. Esse desabafo escrito do pai revela o quanto as famílias criam expectativas em relação às pesquisas que fazemos com seus filhos e como nós temos a responsabilidade de oferecer um retorno para elas.

Dos 20 questionários que enviamos somente 19 voltaram respondidos: 01 a mãe não respondeu por ser analfabeta e ninguém da casa sabia ler.

Para a coleta dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: a) entrevistas semiestruturadas com professores e alunos da APAE; b) questionário para as famílias dos alunos produzido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Escola de Vigotsky; c) observações registradas em diário de campo; d) fotos das atividades registradas e outras possíveis situações observadas. Adotamos como materiais: gravador, câmera fotográfica, diário de campo, protocolos de entrevista e questionários.

Resultados e Discussões

Caracterização da Escola

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE que aqui em São Carlos recebe a denominação Escola Rotary de Educação Especial Dr. Angelo Passeri, está situada na Avenida Professor Luiz Augusto de Oliveira, nº 465 no bairro Vila Celina. Funciona pela manhã das 08h às 12h e à tarde das 13h às 17h. O atendimento pode ser de meio período e/ou período integral. Todos os alunos para ingressarem na escola devem ser submetidos a uma avaliação realizada por uma equipe multidisciplinar da escola. O público alvo são pessoas com deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências e/ou transtorno do espectro autista.

A APAE de São Carlos é fruto de muita perseverança de pessoas que acreditavam, mesmo quando a educação inclusiva ainda não era um tema muito discutido, que pessoas deficientes têm direito a acesso ao conhecimento e à cultura produzida pela humanidade. Ao longo dos anos a escola passou por transformações, tanto do espaço físico, como de funcionários que compõem o quadro profissional da escola.

A escola atende aos seguintes níveis de ensino: Educação Especial: Ed. Infantil, Ensino Fundamental, Ed. De Jovens e Adultos, Ed. Para o Trabalho, seguindo um currículo adaptado.

O objetivo geral da instituição está descrito no Plano Escolar (2012) como:

Garantir os princípios ditados pela Declaração dos Direitos Humanos de equiparação de oportunidades e de luta contra todas as formas de exclusão articulando ações de defesa de direitos, prestação de serviços e apoio à família dentro de uma perspectiva solidária, de inclusão e de superação do preconceito, conscientizando a comunidade de forma que as pessoas com deficiência não fiquem a margem da sociedade. (PLANO ESCOLAR, 2012, p.6).

Dessa maneira, observamos que a APAE compreende que seu papel vai além de apenas escolarizar esses alunos, faz parte também propor que os alunos e suas famílias possam ter acesso a uma escola que possibilite a essas pessoas a inserção social e o direito a um atendimento escolar de qualidade.

A avaliação realizada pela escola para os alunos ingressantes são feitas nas diferentes áreas do corpo docente: avaliações motoras, cognitivas, emocionais e de linguagem escrita e oral. Essa avaliação feita pela equipe multidisciplinar tem por objetivo

de saber se o indivíduo tem realmente uma deficiência e se é elegível para o atendimento educacional especializado.

A escola dispõe de muitos materiais para atividades como jogos, livros e materiais didáticos para trabalhar atividades previstas no currículo.

O desenvolvimento das atividades realizadas nas salas de aula tanto de datas comemorativas como de atividades cotidianas da aprendizagem dos alunos são registradas em um painel localizado no corredor do prédio principal.

Caracterização dos espaços utilizados pelos Centros Pesquisados

Centro de Atendimento ao Autista. As atividades realizadas nesse Centro visam promover um atendimento especializado respeitando as habilidades comportamentais e sociais dos alunos com transtorno do espectro autista. Dentre as atividades realizadas, esse setor busca promover a participação da família para que o trabalho iniciado na escola possa ter continuidade em casa. Os profissionais que fazem parte desse Centro são: professores, psicóloga, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, nutricionista, pedagoga, psicopedagoga, médicos, dentista, enfermeira, assistência social, equipe administrativa, auxiliar de desenvolvimento infantil, cuidador e monitor de alunos. Além das atividades de sala de aula os alunos ainda têm: educação física, expressão corporal, atividades lúdicas, equoterapia e integração sensorial.

Centro Sócio Educacional. Esse Centro está inserido em um programa destinado a jovens e adultos para que eles sejam estimulados a desenvolver habilidades intelectuais, motoras e sociais, favorecendo a comunicação, interação e inclusão social. Os objetivos desse Centro são: estimular os alunos para que eles possam adquirir autonomia e independência nas habilidades básicas, de maneira funcional; Proporcionar o bem estar e melhora na qualidade de vida; Viabilizar apoio intersetorial nas áreas de educação, saúde e assistência social, considerando as necessidades peculiares do alunado; Desenvolver as competências sociais, favorecendo a sua inclusão na família e na comunidade; Favorecer a aquisição de conhecimentos, habilidades e formação de atitude e valores, que permitam a sua inserção ao mundo do trabalho; Facilitar a aprendizagem através de estratégias adequadas às condições e necessidades pessoais; Estabelecer vínculo com a Escola Pública, em uma relação sócia pedagógica que contemple as necessidades cognitivas e sócias afetivas dos usuários do programa; Fortalecer o vínculo família/escola. Esse setor atende alunos com deficiência intelectual e/ou múltipla na faixa dos 15 a 30 anos.

Em uma conversa informal com uma professora desse centro ela relatou um pouco do trabalho que realiza com os alunos. Segundo ela, o trabalho realizado na escola visa promover independência nas atividades de casa e do cotidiano. Os alunos aprendem a cozinhar e a professora auxilia na parte que envolve o fogão, mas à medida que esses alunos vão ficando mais independentes a professora permite que eles façam mais atividades livremente como cortar verduras. Na parte da manhã os alunos do Cantinho dos Manacás fazem o almoço e os da tarde preparam o lanche. Os próprios alunos comem o que eles preparam. Para a professora é necessário esse tipo de trabalho, pois se um dia esses alunos forem morar só ou com outros parentes que não sejam os pais, eles possam ter autonomia de suas vidas. Ela acredita que eles gostam muito de realizar essas atividades.

O relato da professora vem ao encontro ao que Fernandes (2012) sinaliza como acessibilidade:

O conceito de acessibilidade é definido como possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e

dos sistemas e meio de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (FERNANDES, 2012, p.73).

Nesse sentido, a autora aponta que o termo acessibilidade não está inserido apenas no significado ao acesso físico da pessoa com deficiência, mas também o domínio dos signos de comunicação social.

Além dessas atividades os alunos também participam de atividades complementares como: educação física, artes, expressão corporal, atividades lúdicas, educação musical, projeto arte-educação, capoeira e futebol.

Nesse espaço os alunos também realizam atividades de lazer como ver televisão e jogar.

Caracterização do Projeto Político Pedagógico

O projeto político pedagógico da APAE de São Carlos é parte de um dos itens descrito pelo Plano Escolar. O Plano Escolar de uma escola é uma fonte de importantíssima de organização e planejamento das ações e das atividades realizadas pela escola, por isso concordamos com Oyafuso e Maia (2004):

O Plano Escolar é dos instrumentos que permite aos educadores desenvolver de forma competente a proposta educacional de sua escola, a Política da Escola. Deve ser um instrumento simples, mas concreto, flexível e adequado à situação de cada escola. (OYAFUSO E MAIA, 2004, p.24).

Logo, o Plano escolar é um documento que deve ser elaborado de forma democrática, com a participação de todos os envolvidos no processo e que a todo tempo deve estar sendo avaliado, a fim de que se possa construir práticas pedagógicas cada vez mais adequadas.

O Projeto Político Pedagógico da APAE (2012) aponta que:

A Escola Rotary de Educação Especial Dr. Angelo Passeri – APAE São Carlos de acordo com os objetivos gerais da Educação Especial em seus aspectos formais e legais desenvolve uma proposta educacional com objetivos de curto, médio e longo prazo que visam encontrar caminhos para uma escola que envolva o social, o fazer pedagógico e suas relações com o currículo de acordo com os parâmetros curriculares nacionais com contínua de todos os envolvidos neste processo. A ação da equipe multiprofissional promove aos nossos alunos e suas famílias a possibilidade de exercerem sua cidadania nesta sociedade cheia de preconceitos e conflitos. Preconceitos e conflitos estes que estão presentes no espaço familiar, escolar, sociedade, nas relações pessoais e no confronto de ideias. Este documento é resultado de um esforço conjunto dos profissionais da educação especial com apoio das áreas de saúde e social com o objetivo de respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito da escola. Nossa reflexão está baseada principalmente na prática pedagógica da educação especial e na discussão dos referenciais teóricos e dos apoios terapêuticos para melhor atender

os nossos alunos/usuários, com responsabilidade e compromisso. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA APAE, 2012, p.7 e 8).

Apesar de a escola garantir no documento que haja a participação do conjunto de profissionais na elaboração desse documento, bem como nas decisões da escola na prática observamos que nem sempre isso está sendo realizado. Observamos ao longo dos 03 anos em que o projeto foi desenvolvido nessa escola, os gestores submetidos a muitas burocracias o que não os possibilitava um diálogo mais linear com os professores, alunos, pais de alunos e com nós pesquisadores. Outra ação presenciada e relatada em diário de campo que concerne a essa observação é o fato de alguns profissionais da escola não saberem com clareza sobre qual o objetivo dessa pesquisa que estamos apresentando os resultados e que foi realizada dentro da escola, cujos os profissionais foram convidados a participar. Por isso, salientamos a perspectiva de Paro (2008) no que diz respeito a uma administração democrática:

A possibilidade de uma administração democrática no sentido de sua articulação, na forma e no conteúdo, com os interesses da sociedade como um todo, tem a ver com os fins e a natureza da coisa administrada. No caso da Administração Escolar, sua especificidade deriva, pois: a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora, determinam [...] a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar; ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos (educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação subjacentes à atividade produtiva capitalista. Por sua vez, a natureza do processo pedagógico escolar, através do qual se buscam alcançar os objetivos escolares, é que dá a medida das potencialidades e limites aos quais está subordinado o alcance desses mesmos objetivos. (PARO, 2008, p.151).

Nesse sentido, evidenciamos que uma administração escolar democrática não pode se pautar apenas na racionalidade técnica do trabalho, pois para garantir que os interesses de todos sejam atendidos é preciso se aproximar do coletivo que se representa. Sabemos que no interior da escola emergem muitos problemas que forçam os gestores muitas vezes estarem submersos em assuntos que também são importantes e decisivos na escola, todavia há que se partilhar dos problemas e das atividades para que se possa construir uma administração escolar compartilhada.

Os dados oriundos das entrevistas, dos questionários e das observações em diário de campo foram agrupados em quatro diretrizes de análises que nos ajudaram a compreender melhor o acesso e o tipo de acesso que a escola e as famílias têm proporcionado as crianças e adolescentes com deficiência.

Expectativas dos alunos ao participarem da entrevista

Durante as entrevistas registramos em diário de campo que os alunos apresentaram fortes expectativas quanto às suas participações nessa pesquisa. Muitos alunos relataram após a entrevista o quanto se sentiram gratificados por poderem fazer parte da investigação. A aluna Barbara² antes de ser entrevistada pediu um momento para que ela soltasse o cabelo e se arrumasse antes de responder as perguntas, foi explicado à aluna que não haveria filmagem, apenas uma gravação de voz, ela respondeu que não havia problema que aquele momento era muito importante e ela gostaria de estar bonita. O aluno Pietro por sua vez, ao retornarmos para sua sala relatou que nunca havia participado de uma entrevista de pesquisa, que havia gostado muito e que gostaria de ser convidado para participar de mais coisas assim.

Isso revela o quanto a pessoa com deficiência tem sido cerceada de poder falar por si mesma, muitas pesquisas investigam o deficiente sem dar voz para essas pessoas. Diante do paradigma da inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais se faz necessário estabelecer novas concepções de quem são essas pessoas, o que elas pensam e como se relacionam com o mundo em que vivem.

O que as professoras entendem por bem cultural

A ajuda das professoras para a coleta de dados foi de grande importância e elas nos apoiaram durante toda execução do projeto. Elas nos explicaram sobre as atividades que desenvolvem em sala de aula com os educandos. Uma professora nos explicou que ela e os alunos cuidam de um canteiro e tudo que eles plantam podem levar para casa. Assim, explicou que pode observar se o aluno tem habilidades para trabalhar com plantação. Uma das professoras entrevistadas, em uma conversa informal, nos disse que acredita que falta divulgação dos acontecimentos sociais da cidade, ela disse que nem ela mesma sabe de muitos eventos que ocorrem no município. Ao perguntarmos a elas sobre o que entendiam por bem cultural coletamos as seguintes respostas:

Professora Mônica: Bens culturais são os bens que deixaram pra nós, né? Os nossos antepassados como artes, músicas, né? E os de agora como cinema, teatro, museu, né?

Professora Amélia: Bem cultural é (pausa) seria, ah eu acho que coisas assim na área de lazer, por exemplo, parques, teatro essas coisas assim. Um clube, né?

Professora Rosa: Bem Cultural? Ah tudo que a gente possa ter, como teatro, cinema, música, ah acho que só, né?

Professora Flúvia: Olha, eu entendo por bens culturais assim: tem os bens culturais dominantes, né? Que eu entendo assim que seja o teatro, as obras de arte, os museus, leituras, seria mais ou menos o que eu tenho acesso assim.

Professora Cacilda: Ahh eu entendo assim que não só o que a escola fornece, as atividades culturais, eventos dentro da escola, né? Mas,

² Utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade dos alunos e professores.

também a oportunidade deles estarem saindo para passear, né? Como em agosto agora eles vão ter um passeio na TAM para visitar a TAM.

Pesquisadora: O museu da TAM?

Professora Cacilda: O museu da TAM, eles tem oportunidade de(sic) durante o ano... Eles vão na (sic) AABB para comemorar a Páscoa, né? Associação do Banco do Brasil..ãnlãnl; às vezes eles vão no Banana Brasil também. Então, acho assim não só as atividades internas da escola, né? Mas atividades fora também porque eles tem o contato mesmo com a sociedade, com o meio social para se interagirem melhor.

As falas das professoras revelam que elas compreendem o que é o bem cultural, mas não o compreendem na sua totalidade, pois o trabalho que elas realizam em sala de aula é uma forma de acesso aos bens culturais. Quando uma professora ensina a um aluno a língua portuguesa, por exemplo, ela está fazendo mais que alfabetizar, ela está oferecendo a esse aluno a possibilidade dele se apropriar de diversas fontes de bens culturais. Como Padilha (2007, p.22) nós acreditamos que a “deficiência não é uma insuficiência” é apenas uma forma muito própria das funções psicológicas superiores na qual sua composição muda de acordo com os processos de significação que os alunos fazem. Nesse sentido a prática pedagógica de um professor da educação especial é ao mesmo tempo uma prática de inserção do deficiente na escolarização regular e também modificações no sentido da elaboração das funções psíquicas superiores.

Dados Oriundos dos Questionários

Dos 19 questionários respondidos pelas famílias 15 foram respondidos por pessoas do sexo feminino, sendo 15 mães 02 tias, apenas 02 questionários foram respondidos por parentes do sexo masculino, sendo 01 pai e 01 irmão. As pessoas que responderam os questionários têm idades entre 26 anos (mais nova) e 69 anos (mais velha).

A partir dos dados dos questionários chegamos ao resultado de que 68,42% (aproximadamente) das famílias têm computadores, 21,05% (aproximadamente) não tem computadores. Os que não responderam essa pergunta representam 10,52% (aproximadamente). Sobre para que usam o computador as famílias responderam:

Quadro 1 – Para quê as famílias usam o computador

Uso do Computador	Quantidade de pessoas
Entretenimento	1
Trabalho	2
Para tudo	1
Para se atualizar	1
Pesquisa	1
Trabalho/Informação/Entretenimento	1
Não Usa	1
Não Respondeu	11

Esses dados revelam que embora o número de famílias que dispõe de computadores seja alto, muitas não utilizam o equipamento para fins educativos ou culturais. E como mais de 50% não respondeu essa pergunta nos resta a dúvida se utilizam o computador.

No que diz respeito à leitura 42,10% (aproximadamente) das famílias revelaram que raramente leem, seguido de 26,31 (aproximadamente) que leem de 2 a 3 vezes por semana, 21,05% (aproximadamente) que leem diariamente e 10,52% (aproximadamente) que leem apenas aos fins de semana. Logo, concluímos que a leitura não é uma atividade principal das famílias, embora essa atividade seja muito relevante para o desenvolvimento dos seus filhos.

Em relação ao tipo de leitura que as famílias costumam fazer os questionários revelaram que:

Quadro 2 – Tipos de leituras indicados pelas famílias

Tipos de Leitura	Quantidade de pessoas que leem esse tipo de material
Jornais	2
Revistas	2
Livros	2
Gibi	1
Revistas e Livros	2
Revistas e Livros Evangélicos	1
Bíblia	2
Outros tipos de leitura sem informar	1

É possível que o acesso dessas famílias a livros e outros meios de leituras seja reduzido em função do custo desses materiais e até mesmo da falta de informação de como elas podem conseguir empréstimos, juntos as bibliotecas municipais.

Alunos: o que gostam de fazer na escola e acesso aos bens culturais.

Os dados que coletamos a partir das entrevistas demonstraram que os alunos dessa faixa etária têm muito pouco ou quase nada de acesso aos espaços públicos sociais. O local que foi mais apontado como sendo mais frequentado pelos alunos foi à igreja. Poucos alunos têm acesso a lugares como cinema, teatro ou bibliotecas. Um dado que chamou nossa atenção durante as entrevistas foi o fato de poucos alunos saberem suas idades, a maior parte informa que tem uma idade que não condiz com o que observamos. Isso revela que faltam iniciativas para que essas pessoas possam saber informações básicas sobre elas próprias para que possam ocupar postos de empregos, estudar ou mesmo terem autonomia para ir aos lugares que desejarem.

Em relação às atividades que gostam de fazer na escola os alunos apontaram:

Quadro 3 - Atividades de interesse dos alunos

Atividades	Quantidade de alunos interessados em aprender
Pintura/Arte	7
Panificação/Educação para o Trabalho/Lição	1
Música	2
Jogar Bola	2
Atividade na Lousa	1
Ver Televisão/Ouvir Rádio	1
Lição/Fazer Almoço	1
Brincar	1
Não sabe	2
Não respondeu	1

As atividades que envolvem arte e música são apontadas como as de preferência dos alunos, possivelmente porque é nelas que eles encontram mais liberdade para se expressarem.

Conclusão

A presente pesquisa teve como principal objetivo realizar um diagnóstico, junto às famílias, crianças, adolescentes e profissionais da APAE, sobre o acesso aos bens culturais de crianças e adolescentes, proporcionados pela família e pela escola.

O Centro Sócio Educacional que foi o foco de nossa investigação nessa pesquisa revelou dados importantes a respeito da pessoa com deficiência, principalmente no que diz respeito ao seu interesse em fazer parte da pesquisa. Da voz a essas pessoas é uma forma muito importante de inclusão social, sobre a fala da pessoa com deficiência Padilha (2007) elucidada um pensamento importante:

Gostar ou não gostar, ter motivos para isso, mas não saber dizer com palavras para que o outro compreenda. Há, no entanto, atos de reflexão sobre as emoções que as palavras trazem. Entender esse funcionamento cognitivo e linguístico (verbal, oral, gestual e o silêncio) deve fazer parte dos estudos sobre os modos de significar o mundo, sobre as formas peculiares de se fazer compreender. (PADILHA, 2007, p.23).

Ou seja, o deficiente tem um modo particular de se expressar, isso não quer dizer que ele não possa se expressar, o contrário. Na verdade, o que deveria mudar é a nossa forma de entendê-los, pois as pessoas são diferentes, logo suas formas de se expressarem e de significarem o mundo também o são.

Alguns alunos dessa faixa de ensino que pesquisamos, assim como os da pesquisa anterior revelaram que se preocupam com suas aprendizagens na escola, sobretudo para que eles possam avançar no ensino rumo à faculdade ou na qualificação para ocupar os postos de emprego.

O trabalho é uma prática social e que, portanto, pode desenvolver funções psíquicas superiores na vida do ser humano, a respeito disso Pino (2005) nos diz que:

Para Vigotski e a vertente histórico-cultural, nem as funções elementares podem, por si mesmas, dar origem ou acesso às funções superiores, nem estas são simples manifestações daquelas. As funções elementares se propagam por meio da herança genética; já as superiores propagam-se por meio das práticas sociais. O que, em razão da sua natureza simbólica, permite dizer que elas se propagam por si mesmas. É o que ocorre, por exemplo, com a palavra (função do falar) e com a idéia (função do pensar) que, à maneira do fogo que consome tudo o que está em sua volta, elas transformam tudo em palavra e em idéia. As palavras dão origem a outras palavras; as idéias, a outras idéias. (PINO, 2005, p. 53).

Assim, o desenvolvimento humano, em direção ao desenvolvimento das funções psíquicas superiores, que são produzidas culturalmente, depende também de práticas sociais que nos possibilitem ir além das funções elementares que pertencem à esfera biológica.

Por isso, o espaço escolar é importante e ele não deve ser o espaço do “cotidiano”, que segundo Heller (1977, 1992) é o lugar de conhecimento espontâneo, que não é intencional. Ao contrário, a escola deve ser o lugar do conhecimento científico e do espaço do “não-cotidiano”.

Assim, o espaço escolar dever ser o lugar onde o adolescente e o adulto vão aprender o conhecimento científico, o conhecimento que a família não pode oferecer sozinha. Esse conhecimento será o que vai possibilitá-los um salto qualitativo nas aprendizagens e no desenvolvimento humano.

Concebendo a arte como parte importante da aprendizagem dos alunos, salientamos que por meio delas os alunos podem fazer abstrações ricas e relevantes para o seu desenvolvimento. Essa atividade foi apontada como uma das preferidas dos alunos que pesquisamos.

Em relação ao acesso dos deficientes aos espaços públicos sociais e às iniciativas governamentais vem aumentando a cada dia. Embora esse acesso aos bens culturais tenha que aumentar muito mais para que cada deficiente possa apropriar-se dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Sem o espaço da escola esses alunos quase não teriam possibilidades de se integrarem à sociedade como capazes de poder transformá-la e como capazes de exercerem sua cidadania.

Em contrapartida, a escola deveria impulsionar o deficiente a ir à busca de outras formas e meios de acesso aos bens culturais fora do espaço (autonomia). Os dados referentes às expectativas dos alunos nos indicam essa necessidade.

Cabe à esfera pública proporcionar o acesso desses deficientes à escola, também as condições necessárias para que a escola possa ser um instrumento mediador de acesso das pessoas aos bens culturais produzidos pela humanidade.

Referências

CURRY, Carlos R. J. Direito à educação, direito à igualdade, direito à infância. *Cadernos de Pesquisa*. 2002, n.116, pp. 245 – 262.

MENDES, Enicéia G. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogía*, vol. 22, n. 57, mayo-agosto, 2010.

FERNANDES, Edicléa M. *Acessibilidade e Inclusão Social*. 2ª edição – Rio de Janeiro: Descubra, 2012.

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE – [HTTP://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio.html](http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio.html). Acessado em 16/04/2010.

HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona, España: Ediciones Pensínsula, 1977.

_____. *O cotidiano e a história*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEONTIEV, Alexis, N. *Desenvolvimento do Psiquismo*. Lisboa/Portugal: Livros Horizonte, 1978. (Horizonte Universitário; v.14).

MARINS, Simone C. F.; MATSUKURA, Thelma, S. Avaliação de Políticas Públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. *Rev. bras. educ. espec.* vol.15 no.1 Marília jan./abr. 2009.

MELLO, Maria A.; CAMPOS, Douglas, A. *O Desenvolvimento Cultural do Ser Humano: Implicações nas Práticas Pedagógicas*. Projeto de Pesquisa, 2008.

Organização das Nações Unidas – ONU – Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência/ Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência. Aprovado em 03/12/1982. Resolução 37/52.

URL:<http://www.mbonline.com.br/cedipod/w6pam.htm>. Acessado em 22/04/2010.

OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny. *Plano Escolar: caminho para autonomia*. 4. ed. São Paulo: Biruta, 2004.

PADILHA, Ana M. L. *Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea)

PARO, Vitor H. *Administração escolar: introdução crítica*. 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

PINO, Angel. *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez, 2005.

VIGOTSKY, Liev S. *Obras Escogidas. Problemas del Desarrollo de la Psique*. Tomo III. Madrid: Visor Distribuciones, 1995.

_____. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.